Publicado em 30/05/2024 - 05:54

**Governo federal confirma crédito de R$15 bi para empresas do RS**

# Operações serão de até R$ 400 mi

Governo detalhou ontem as linhas que serão abertas via BNDES para mitigar efeitos da enchente sobre a atividade econômica

**RAFAEL VIGNA**
rafael.vigna@zerohora.com.br

Prometida na segunda-feira, durante a visita do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, ao Estado, a abertura de crédito no valor de R$ 15 bilhões, extensivo às grandes empresas afetadas pela enchente de maio, foi detalhada ontem. A medida, muito aguardada pelo setor produtivo, que vem alertando sobre as dificuldades que as companhias enfrentarão para quitar a folha e manter empregos diante da tragédia, veio acompanhada de outros anúncios do governo federal.

Os R$ 15 bilhões sairão do Fundo Social, e os financiamentos serão operados pelo BNDES, com acompanhamento da equipe econômica e a participação do Conselho Monetário Nacional (CNM). Diferentemente das demais alternativas emergenciais já existentes, esse crédito não estará limitado aos pequenos e médios negócios, ou seja, também poderá ser acessado pelas grandes empresas.

Serão três modalidades: uma destinada à compra de máquinas, equipamentos e serviços, outra voltada a financiar empreendimentos (e que, por isso, inclui o setor da construção civil) e uma terceira destinada a capital de giro emergencial.

Os limites por operação variam: R$ 300 milhões para linhas de investimento produtivo, R$ 50 milhões para capital de giro emergencial das pequenas e médias empresas e R$ 400 milhões para capital de giro emergencial das grandes firmas.

## Taxas

De acordo com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, as taxas serão as menores anunciadas até o momento, praticamente sem juro real:

– Não há trava para quem pode acessar, mesmo pequenas e médias também podem acessar esta linha, mas em especial, e aqui a novidade, para que as médias e grandes empresas também possam usar um financiamento que tem uma taxa de juros sem precedente.

As demais medidas incluem ampliação do crédito rural e permissão para que cooperativas de crédito operem o Pronampe (*leia mais ao lado*).

Apresentação do pacote, liderada por Lula, ocorreu em Brasília

## O que foi anunciado

**1) LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA EMPRESAS**

**Os recursos sairão do Fundo Social, no montante de até R$ 15 bilhões, e terão como público-alvo empresas em geral, incluindo grandes companhias. As modalidades são:**

**Compra de máquinas, equipamentos e serviços**
**Taxas:** 1% ao ano + spread bancário.
**Prazos:** até 60 meses com carência de 12 meses.
**Limite por operação:** R$ 300 milhões.

**Financiamento a empreendimentos (incluindo obras de construção civil)**
**Taxas:** 1% ao ano + spread bancário.
**Prazos:** até 120 meses com carência de 24 meses.
**Limite por operação:** R$ 300 milhões.

**Capital de giro emergencial**
**Taxas:** 4% ao ano para micro, pequenas e médias empresas (MPME) e 6% ao ano para grandes empresas + spread bancário.
**Prazos:** até 60 meses com carência de 12 meses.
**Limite por operação:** R$ 50 milhões para MPME e R$ 400 milhões para grandes empresas.

**2) COOPERATIVAS NO PRONAMPE**

**Inclui as cooperativas de crédito como operadoras do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).**
**Objetivo:** ampliar capilaridade e acesso ao crédito nas linhas disponibilizadas para MPMEs.

**3) AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO RURAL**

**Autorização para aporte adicional de R$ 600 milhões no Fundo de Garantia e Operações (FGO) para segurança de operações de crédito rural para pequenos e médios agricultores.**
**Objetivo:** prover garantias e viabilizar o acesso ao crédito aos produtores que não possuem condições de segurar suas operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

**4) LINHA DE CRÉDITO VIA FINEP**

**Ministério da Ciência e Tecnologia vai abrir linha de crédito por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).**
Serão disponibilizados até R$ 1,5 bilhão, com cobrança da Taxa Referencial (TR) + 5%, via operadores, como cooperativas de crédito, Banrisul e BRDE.
São elegíveis empresas inovadoras que receberam financiamento da Embrapii, do BNDES, via Lei do Bem ou pela Finep nos últimos 10 anos.
50% dos recursos irão para micro, pequenas e médias empresas.
Os editais serão para reparos de equipamentos para centros de pesquisa (R$ 50 milhões) e reparos de equipamentos para pesquisadores (R$ 15 milhões).

## Entidades têm dúvidas a respeito da taxa de juro

O presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-RS), Claudio Teitelbaum, alerta que há dúvidas sobre como deverá funcionar o cálculo do spread bancário (diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele paga ao captar dinheiro). O aspecto foi pouco detalhado durante a apresentação do pacote ontem.

– Volto a dizer que a construção civil é a mola propulsora, com outros setores da indústria, mas com alta empregabilidade e geração de impostos. Temos participação relevante na economia e precisamos ver como essas medidas acontecerão e se os valores anunciados serão empregados na prática – comentou Teitelbaum.

O presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, também cobra mais esclarecimentos.

– A gente sabe que o spread tem de cobrir os riscos da operação, e parte dessas empresas normalmente oferecia como garantia a própria estrutura do prédio, o terreno, os estoques. Muitas dessas empresas perderam os estoques e têm terreno agora que se desvalorizou absurdamente – observou Sousa Costa.

– Imagina essas empresas que estão na *(Região)* Metropolitana e nunca tinham sido vítimas de uma enchente dessa natureza e agora foram. Qual é o valor desses terrenos para essas empresas para serem oferecidos como garantia? – completou.

### Insuficiente

O presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), Gilberto Petry, considera as medidas importantes, mas insuficientes devido ao tamanho das dificuldades enfrentadas pelas empresas. Para Petry, dada a situação crítica do setor produtivo, o ideal seriam recursos a juro zero ou negativo.

Por outro lado, ele reconhece que as taxas anunciadas, de 1% ao ano para a compra de máquinas e equipamentos e para o financiamento de empreendimentos, assim como 4% ao ano para capital de giro de pequenas e médias empresas e 6% para grandes empresas, são taxas abaixo das praticadas no mercado. Pondera, no entanto, que é preciso celeridade para chegarem até os agentes financeiros.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Crédito para empresas do RS **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.